

CURSO DE DIREITO DE  
POLÍCIA JUDICIÁRIA

Eliomar da Silva Pereira  
Márcio Adriano Anselmo  
Organizadores

# DIREITO PROCESSUAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA I

O PROCEDIMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL

v. **4**

FORUM

Coleção Fórum  
CURSO DE DIREITO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Organizadores  
Eliomar da Silva Pereira  
Márcio Adriano Anselmo

# DIREITO PROCESSUAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA I

O procedimento de inquérito policial

4

O *Direito Processual de Polícia Judiciária* pressupõe que se compreenda a Polícia Judiciária como sujeito processual imparcial, a considerar sua posição distinta e equidistante tanto da acusação quanto da defesa, e que se compreenda o inquérito policial como procedimento processual penal, a considerar os diversos meios de obtenção de prova que se realizam pela Polícia Judiciária e que depois vão fundamentar a motivação de sentença penal sem maiores incrementos epistêmicos nas fases seguintes do processo penal. É com essa concepção renovada da Polícia Judiciária no processo penal que os autores oferecem ao leitor uma nova visão da atividade jurídica de investigação criminal, tanto sob a perspectiva formal dos atos do procedimento, quanto sob a perspectiva substancial dos atos de obtenção de prova que se realizam durante a fase de inquérito.

**Área específica**  
DIREITO PÚBLICO.

**Áreas afins**  
DIREITO PROCESSUAL PENAL.

**Público-alvo/consumidores**  
DELEGADOS DE POLÍCIA (CIVIL E FEDERAL),  
BEM COMO DEMAIS POLICIAIS CIVIS E FEDERAIS,  
EM CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO,  
BEM COMO CANDIDATOS A CONCURSOS  
PÚBLICOS DESSAS CARREIRAS.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm  
CÓDIGO: 10001676

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598 Direito Processual de Polícia Judiciária I: o procedimento de inquérito policial / Eliomar da Silva Pereira, Márcio Adriano Anselmo (Org.). – Belo Horizonte : Fórum, 2020.

334p.; 14,5cm x 21,5cm

Curso de Direito de Polícia Judiciária, v. 4

ISBN: 978-85-450-0619-0

1. Direito Público. 2. Direito Processual Penal. I. Pereira, Eliomar da Silva. II. Anselmo, Márcio Adriano. III. Curso de Direito de Polícia Judiciária. IV. Título.

CDD: 341

CDU: 342

**Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500**

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEREIRA, Eliomar da Silva; ANSELMO, Márcio Adriano (Org.). *Direito Processual de Polícia Judiciária I: o procedimento de inquérito policial*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 334p. (Curso de Direito de Polícia Judiciária, v. 4). ISBN 978-85-450-0619-0.

**Eliomar da Silva Pereira** é Doutor em Direito (Universidade Católica Portuguesa, Escola de Lisboa). Professor do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Polícia (Polícia Federal do Brasil). Delegado de Polícia Federal.

**Márcio Adriano Anselmo** é Doutor em Direito (Universidade de São Paulo). Professor do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Polícia (Polícia Federal do Brasil). Delegado de Polícia Federal.

APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO	
<b>Eliomar da Silva Pereira</b> .....	13
PREFÁCIO	
<b>Eliomar da Silva Pereira</b> .....	21
O INQUÉRITO POLICIAL COMO FORMA PROCESSUALMENTE QUALIFICADA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
<b>Franco Perazzoni</b> .....	23
1     Introdução .....	23
2     O que é a investigação criminal? Definição, características e limites jurídicos.....	24
3     Como se investiga um crime? Os principais modelos de investigação criminal vigentes no mundo moderno .....	30
4     A investigação criminal no Brasil: o inquérito policial como forma processualmente qualificada.....	39
5     Conclusões.....	54
Referências.....	55
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL: NOTAS CRÍTICAS	
<b>Cleopas Isaías Santos</b> .....	57
1     Introdução .....	57
2     Justa causa para a instauração de inquérito policial .....	58
2.1   Justa causa para a instauração do inquérito policial por portaria.....	60
2.2   Justa causa para a instauração do inquérito policial por auto de prisão em flagrante .....	62
3     Cognição delitiva.....	70
3.1   Cognição imediata, espontânea ou informal.....	70
3.2   Cognição mediata, provocada ou formal.....	72
3.3   Cognição coercitiva .....	74
4     Atos instauradores.....	74
4.1   Portaria.....	76
4.2   Requisitos da portaria.....	76
4.3   Prazo para a instauração do inquérito por portaria .....	76
5     Obrigatoriedade de instauração.....	77
6     Instauração de inquérito para apurar crime eleitoral .....	77
7     Instauração de inquérito para apurar conduta de agente com foro especial por prerrogativa de função.....	78
8     Indeferimento do pedido de instauração de inquérito .....	79
9     Recurso contra indeferimento de instauração de inquérito ..	80
10    Conclusão .....	80
Referências.....	81
PRISÃO EM FLAGRANTE	
<b>Ruchester Marreiros Barbosa</b> .....	83
1     Introdução .....	83
2     Polícia Judiciária como órgão de contenção de poder .....	85
3     A reserva absoluta e relativa de jurisdição .....	91
4     Prisão em flagrante como reserva relativa de jurisdição .....	95
5     A função materialmente judicial na conversão da captura para a detenção em flagrante .....	99
6     Natureza jurídica da prisão em flagrante .....	101
7     Fase formal da lavratura do autor de detenção em flagrante	108
8     Etapas da detenção em flagrante.....	113
8.1   Captura .....	113

8.2	Condução.....	114
8.3	Audiência de apresentação.....	115
8.4	Ordem de detenção – Nota de culpa.....	117
	Referências.....	119

#### AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

	<b>Ruchester Marreiros Barbosa</b> .....	123
1	Compreensão.....	123
2	Fonte e vigência da norma.....	126
3	A epistemologia político-criminológica da audiência (judicial) de custódia.....	128
3.1	O dever-ser do delegado de polícia no sistema da audiência de custódia.....	133
3.2	O delegado de polícia como garantidor dos direitos humanos pela Convenção Americana de Direitos Humanos.....	138
4	Sistema Internacional de proteção de direito humanos e a validade das decisões da Corte IDH no direito interno.....	140
5	A “audiência de custódia” e o sistema de dupla cautelaridade perante os julgados da Corte IDH.....	144
6	A interpretação equivocadamente nacionalizante de parte da doutrina sobre casos julgados pela Corte IDH.....	146
6.1	Caso Acosta Calderón <i>v.</i> Equador.....	148
6.2	Caso Cantoral Benavides <i>v.</i> Peru.....	152
6.3	Caso Palamara Iribarne <i>v.</i> Chile.....	153
7	A Lei nº 12.830/13 como garantia de imparcialidade e independência do delegado de polícia conforme exigência preconizada nos casos julgados pela Corte IDH.....	154
8	Considerações finais.....	158
	Referências.....	161

#### O DELEGADO DE POLÍCIA E SUA CAPACIDADE POSTULATÓRIA

	<b>Francisco Sannini Neto</b> .....	165
1	Introdução.....	165
2	Delegado de polícia: autoridade policial e jurídica.....	169
3	Qual a natureza jurídica da representação do delegado de polícia?.....	171
4	Representação do delegado de polícia e sua (des) vinculação ao parecer do Ministério Público.....	175
	Referências.....	181

#### DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL

	<b>Marta Saad</b> .....	183
1	Introdução.....	183
2	Funções e finalidades do inquérito policial.....	184
3	Direito de defesa na Constituição da República.....	187
4	Ciência da acusação como pressuposto do exercício do direito de defesa.....	191
4.1	Inoponibilidade de sigilo em relação ao acusado e seu defensor.....	192
5	Reação defensiva.....	195
5.1	Oitiva do acusado.....	195
5.2	Proposição, admissão e produção de meios de prova.....	197
6	Considerações finais.....	199
	Referências.....	201

#### O INDICIAMENTO

	<b>Márcio Adriano Anselmo</b> .....	203
1	Introdução.....	203
2	Conceito de indiciamento.....	205
3	Natureza jurídica do indiciamento.....	206

4	O indiciamento no Código de Processo Penal.....	210
4.1	O indiciamento no projeto do novo Código de Processo Penal .....	212
5	Efeitos do indiciamento .....	212
5.1	O indiciamento e a nova Lei de Lavagem .....	215
6	O indiciamento como ato privativo do delegado de polícia ..	218
7	Conteúdo do ato de indiciamento: análise técnico-jurídica ..	220
8	Do indiciamento na investigação perante os Tribunais Superiores .....	223
9	O indiciamento como marco para controle da ação do órgão acusador.....	232
10	Conclusão .....	235
	Referências.....	236

## RELATÓRIO, ARQUIVAMENTO E DESARQUIVAMENTO

<b>Rodrigo Luís Ziembowicz</b> .....	239	
1 Introdução .....	239	
2 Forma e conteúdo do relatório .....	240	
2.1 Forma.....	241	
2.2 Conteúdo .....	241	
3 Arquivamento .....	252	
3.1 Indicação de arquivamento.....	252	
3.2 Requisitos e características do arquivamento .....	253	
4 Desarquivamento.....	261	
5 Conclusão .....	262	
	Referências.....	263

## A NOTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

<b>Rodrigo Luís Ziembowicz</b> .....	267	
1 Introdução .....	267	
2 Notificação da vítima.....	268	
2.1 Vítima privada .....	277	
2.2 Vítima pública.....	281	
3 Conclusão .....	286	
	Referências.....	288

## O CONTROLE DE NULIDADES NA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR COM JUSTIÇA NEGOCIAL

<b>Alexandre Moraes da Rosa</b> .....	293	
1 A investigação preliminar é o novo palco da culpa .....	293	
2 Nulidades e reserva de jurisdição.....	296	
3 Nulidade é má formação e não sanção. Mas só quando o julgador reconhece .....	299	
4 Nulidades e prejuízo: absolutas e relativas .....	301	
5 Conclusão .....	306	
	Referências.....	307

## A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

<b>Márcio Adriano Anselmo</b> .....	311	
1 Introdução .....	311	
2 O estado da arte do problema .....	312	
3 A investigação criminal nos inquéritos de competência originária dos tribunais .....	316	
4 Do indiciamento na investigação perante os tribunais superiores .....	320	
5 E quanto às soluções?.....	325	
6 Conclusão .....	329	
	Referências.....	330

SOBRE OS AUTORES.....	333
-----------------------	-----